



INSTITUTO POLITÉCNICO
DO CÁVADO E DO AVE
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO

TRABALHOS PRÁTICOS DE CONTABILIDADE FINANCEIRA II

Cursos:

Contabilidade
Fiscalidade
Finanças
Gestão Bancária e Seguros

Elaborada por:

Sónia Monteiro
Patrícia Gomes
José Manuel Pereira

Ano Lectivo 2009/10

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 1

Assunto: Acréscimos e Diferimentos

Considere a informação e o pedido referido em cada uma das seguintes alíneas:

A. Em 1/10/10 a Empresa Ómega efectuou o pagamento, por cheque, do prémio de seguro contra incêndio no valor de 120€, sendo o período coberto pela respectiva apólice um ano a contar daquela data. Pretende-se a contabilização desta operação, admitindo que a Empresa Ómega só elabora as demonstrações financeiras no final de cada exercício.

B. A Empresa Gama tem arrendado a um Banco o rés-do-chão do prédio de sua propriedade onde está instalada uma agência. Em 28 de Dezembro de 2010 o Banco creditou a conta à ordem da Empresa Gama pelo valor de 668€, correspondente à renda de Janeiro de 2011. Efectue a contabilização desta operação, sabendo que a renda está sujeita a uma retenção de 16,50%.

C. Em 1/11/2010 a Empresa Beta aplicou a quantia de 8.000€ num depósito a prazo no Banco B durante o período de 90 dias à taxa de 6% ao ano (juros postecipados). Efectue a contabilização desta operação, sabendo que o rendimento dos juros está sujeito a uma taxa de IRC de 21,50% e assumindo que a entidade elabora as demonstrações financeiras mensalmente.

D. Durante a segunda quinzena de Dezembro de 2010 o pessoal da Empresa Alfa efectuou diversas deslocações com direito a ajudas de custo, no valor de 300€, as quais serão pagas por meio de cheque apenas no final do mês de Janeiro de 2011. Pretende-se a contabilização desta operação, sem atender a eventuais aspectos fiscais.

E. A conta 13 – “Outros depósitos bancários” evidencia um saldo de 27.000 € relativo a um depósito a prazo, constituído em 1 de Setembro de 2010, válido por 6 meses. Este depósito vence juros à taxa anual de 4%, a creditar pelo banco na data do seu vencimento (1/3/2011), sujeitos a retenção de imposto à taxa de 21,5%. Efectue a contabilização desta operação.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 2

Assunto: Gastos com pessoal

Você é o(a) mais recente funcionário(a) da firma “Ramos-Comércio Têxtil, Lda”. Para aferir as suas capacidades o seu chefe decidiu dar-lhe a primeira tarefa de responsabilidade: processar os salários do mês. Para levar a cabo a tarefa de que foi incumbido(a), foi-lhe disponibilizada a seguinte informação:

Nome	Categoria	Estado civil	Salário	Sub. Alimentação
Paulo Mendes	Sócio-gerente	Casado (2 titulares)	1.250,00 €	7,50 €
Ana Gomes	Secretária	Solteira	650,00 €	4,20 €
Manuel Matos	Motorista	Casado (1 titular)	485,00 €	4,20 €
Mariana Oliveira	Vendedora	Casada (2 titulares)	485,00 €	4,20 €
Margarida Marques	Responsável Financeira	Solteira	1.595,00 €	7,50 €
António Sá	Tesoureiro	Solteiro	600,00 €	4,20 €

- O Paulo Mendes tem 2 filhos menores;
- A Ana Gomes faltou 3 dias sem justificação;
- O Manuel Matos não tem filhos;
- A Mariana Oliveira tem 4 filhos;
- A Margarida Marques faltou 1 dia sem justificação;
- O António Sá recebe 40 € de abono para falhas;
- Novo Funcionário - O seu salário é de 485 €, o subsídio de alimentação diário é de 4,20 €, e é o seu primeiro emprego.
- Suponha uma carga horária de trabalho semanal de 40 horas

Agora que dispõe da informação necessária, processe os salários e respectivos encargos patronais para a segurança social, do mês de Janeiro de 2011 (20 dias úteis), e efectue o registo contabilístico do respectivo pagamento (por transferência bancária).

Registe também o processamento e pagamento das avenças com a equipa de medicina no trabalho, 314,00€ (valor líquido de retenção de I.R.S. à taxa de 21,50%) bem como do apoio jurídico, 580,00€ (este valor inclui IVA à taxa normal e é líquido de retenção de I.R.S. à taxa de 21,50%).

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 3

Assunto: Encargos com férias

A sociedade Delta dedica-se à prestação de serviços no âmbito da assessoria a empresas e contabilidade. No seu quadro de pessoal conta apenas com um colaborador que aufer, no ano N, uma remuneração bruta mensal de 1150€.

Pedidos:

1. Encontra-se por contabilizar o processamento e pagamento da remuneração e encargos sociais do referido colaborador, referentes ao mês de Junho de N (21 dias úteis). Considere também para o efeito as seguintes informações:

Subsídio de Alimentação (1)	Abono para Falhas	Sindicato	Faltas (2)	Taxa de retenção de IRS
6,50€	90€	1%	1 dia	9%

(1) Subsídio de alimentação para a função pública no ano N: 4,27€.

(2) O horário de trabalho compreende 40h/semana.

2. Relativamente ao mesmo colaborador, encontra-se também por contabilizar o processamento e pagamento do subsídio de férias e respectivos encargos, pagos no mês de Junho de N. A estimativa dos custos referentes ao subsídio de férias, efectuada no ano N-1, teve por base uma remuneração estimada de 1.135€.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 4

Assunto: Encargos com férias

- Em 31/12/n, a estimativa dos montantes ilíquidos de férias e subsídio de férias (2 meses) a pagar em n+1 era a seguinte:

Férias e subsídio de férias	
Órgãos sociais	4.900,00 €
Pessoal	<u>101.500,00€</u>
	106.500,00 €

Encargos sobre férias e subsídio de férias	
Órgãos sociais	4.900,00 € * 20,30% = 994,70 €
Pessoal	101.500,00 € * 23,75% = <u>24.106,25 €</u>
	25.100,95 €

- Em 31 de Julho de n+1, suponha que os valores efectivos de férias e subsídio de férias foram:

Férias e subsídio de férias	
Órgãos sociais	5.000,00 €
Pessoal	<u>100.000,00 €</u>
	105.000,00 €

e os encargos a considerar são:

	Por conta do trabalhador		Por conta da entidade patronal
	IRS	Segurança social	Segurança social
Órgãos sociais	20%	9,30%	20,30%
Pessoal	15%	11%	23,75%

Pedidos:

Efectue os lançamentos necessários nas seguintes datas:

- 31/12/n
- 31/07/n+1

Contabilidade Financeira II**Trabalho Prático n.º 5****Assunto:** Encargos com férias

Considere que em Dezembro do ano N, a gerência e os funcionários da empresa XYZ, Lda, auferiam os seguintes salários brutos:

- GERÊNCIA..... 10.000 € (2 gerentes)
- PESSOAL..... 70.000 € (100 funcionários)

OUTRAS INFORMAÇÕES:

- A empresa paga 5 € de subsídio de refeição a todos os remunerados. Considere 20 dias úteis sem faltas.
- Pagou 750 € de ajudas de custo a 20 funcionários, correspondentes a 1 deslocação diária completa de cada um.
- No dia 10 de Dezembro, processou o Subsídio de Natal.
- A taxa média de retenção de IRS é de 30% para a Gerência e de 10% para o Pessoal.
- No dia 12 efectuou o pagamento do Subsídio de Natal.
- A empresa apenas paga os ordenados no dia 5 do mês seguinte.

PEDIDOS:

1. Efectue, no mês de Dezembro, os lançamentos respeitantes às operações descritas.
2. Efectue os lançamentos referentes a encargos com férias, sabendo que a gerência acordou com os funcionários, atendendo às dificuldades que a empresa atravessa, negociar os aumentos (ou não) de salários, apenas em Março do ano seguinte.
3. Efectue os lançamentos referentes ao pagamento das remunerações do mês de Dezembro.
4. Efectue os lançamentos que entenda necessários no ano seguinte, relativamente ao processamento das férias e subsídio de férias, tendo em conta que:
 - Em Março do ano seguinte ficou acordado um aumento dos salários de 3%.
 - A empresa processa e paga o subsídio de férias em Julho e a remuneração de férias em Agosto.
 - Em Janeiro admitiu, de modo efectivo, mais um funcionário, pagando-lhe um salário bruto de 600 €.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 6

Assunto: Activos Fixos Tangíveis

A sociedade comercial Alfa, Lda, constituída em Fevereiro de n, apresenta em 31 de Dezembro do mesmo ano o seguinte balancete de situação, antes da rectificação (valores em Euros):

Conta	Saldo devedor	Saldo credor
Caixa	3.990,38	
Depósitos à ordem	36.959,13	
Clientes	57.812,49	
Fornecedores		119.711,5
Estado		36.412,25
Inventários	124.699,47	
Investimentos financeiros	80.805,26	
Activos Fixos Tangíveis	414.999,85	
Activos Intangíveis	8.978,36	
Capital		433.954,17
CMV	523.737,79	
Gastos com pessoal	29.927,87	
Vendas		691.832,68

Elementos para rectificação:

1. Terrenos para construção de armazém adquiridos em Março por 49.879,79 €. Os custos de escritura ascenderam a 997,6 €, e pagou-se IMT no valor de 4.987,98 €.
2. Edifício para instalação de futura sede social adquirido em Março por 194.531,29 €, acrescida de 1.995,19 € de custos de escritura e registo e de 17.956,72 € de IMT.
 - vida útil: 20 anos
 - valor residual nulo
 - depreciação pelo método da linha recta
3. Obras de adaptação de armazém realizadas por um empreiteiro durante o mês de Abril, por um valor total de 29.927,80
 - vida útil: 20 anos
 - valor residual nulo
 - depreciação pelo método dos saldos decrescentes, designadamente o método da soma dos dígitos (1ª quota no valor de 2.850,27€).
4. Aquisições efectuadas no mês de Abril relativas a mobiliário e decoração da sede social por 19.951,92 €
 - vida útil: 5 anos
 - depreciação pelo método dos saldos decrescentes (designadamente o método da soma dos dígitos)

5. Equipamento informático adquirido em Maio por 24.939,9 €, com um custo adicional de instalação de 4.987,98 €.
 - vida útil: 5 anos
 - depreciação pelo método das quotas decrescentes (critério fiscal, previsto no DR 25/2009)

6. Empilhadora adquirida em Junho por 14.900 €.
 - vida útil: 10.000 horas de trabalho
 - horas de trabalho até 31/12/n: 800 horas
 - depreciação pelo método das quotas proporcionais à utilização (método das unidades de produção)

7. Carrinha para transporte de mercadorias adquirida em Setembro por 49.380,99 €, com despesas adicionais de registo de propriedade de 498,8 €.
 - vida útil: 5 anos ou 150.000 Km
 - valor residual: 9.975,94 €
 - Km percorridos até 31/12/n: 25.000
 - depreciação pelo método das quotas proporcionais à utilização (método das unidades de produção)

Pedidos:

- 1- Mensuração e registo dos elementos do activo fixo tangível pelo método do custo (operações sujeitas a IVA à taxa normal, à excepção das sujeitas a IMT). Admita que as despesas de escritura e registo são pagas através de Caixa e as despesas de IMT são pagas por transferência bancária.
- 2- Cálculo do valor das depreciações dos elementos dos activos fixos tangíveis para o ano n, e registo dos respectivos lançamentos de rectificação
- 3- Elabore o balanço de situação em 31/12/n, após as rectificações

Contabilidade Financeira II
Trabalho Prático n.º 7
Assunto: Activos Fixos Tangíveis

A Sociedade XPTO, S.A., efectuou os seguintes movimentos relativamente ao seu activo fixo tangível:

1. Em Janeiro de N a empresa entregou à entidade XYZ, SA um cheque de 123.240,00€ (IVA incluído à taxa normal) referente ao futuro fornecimento de uma máquina para o processo produtivo.
2. Factura nº 665 da entidade XYZ, SA relativa à máquina referida 1, no valor de 308.100,00€ (IVA dedutível incluído à taxa normal).
3. Em fins de Janeiro de N, os gastos de instalação com esta máquina totalizaram 46.215,00€ (IVA dedutível incluído à taxa normal), tendo a máquina entrado em funcionamento em Abril de N.
4. Em fins de Junho de N, procedeu ao pagamento, em cheque, da Factura nº 1246 da SOLTEX, LDA referente à manutenção semestral da máquina industrial, no valor de 630,00€ (IVA dedutível incluído à taxa normal).
5. Em Julho de N a empresa recebeu a Factura nº 7458 da empresa JOLIM&TIM, LDA referente à aquisição de uma máquina industrial, no valor de 185.000,00€. Da factura constam ainda despesas de transporte de 2.500,00€. IVA dedutível à taxa normal. A máquina entrou imediatamente em funcionamento.

PEDIDOS:

1. Proceda ao registo das operações.
2. Sabendo que o tipo de equipamento adquirido na operação 2 tem uma vida útil de 5 anos efectue a contabilização da depreciação anual da máquina adquirida em Janeiro, utilizando o método da linha recta (regime anual), supondo um valor residual de 500,00€.
3. Elabore um quadro de depreciação, a 5 anos, para este equipamento (regime anual).
4. Efectue a contabilização da depreciação anual da máquina adquirida em Janeiro, supondo agora que a empresa utiliza o método da linha recta (regime duodecimal), mantendo-se o período de vida útil de 5 anos e o valor residual de 500,00€.
5. Elabore um quadro de depreciações, a 5 anos, para este equipamento (regime duodecimal)
6. Efectue a contabilização da depreciação anual da máquina adquirida em Julho, utilizando o método das quotas decrescentes (regime anual). Este critério foi solicitado pela empresa e aceite pela Administração Fiscal. Taxa de depreciação: 20%.
7. Elabore um quadro de depreciações, a 5 anos, para este equipamento (regime anual).

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 8

Assunto: Activos Fixos Tangíveis

A empresa “O melhor do Lar- Confeccões, Lda”, dedica-se à confecção de artigos para o lar. Durante o exercício corrente efectuou as seguintes operações no imobilizado.

1. Aquisição a prazo de uma máquina KX 100Z para o processo produtivo no valor de 99.759,58 € (acresce IVA à taxa normal). O valor do seguro do transporte da mesma ascendeu a 2.793,27 €.
2. O empreiteiro XYZ deu início à construção de uma garagem. Durante o exercício foram facturados os seguintes elementos (acresce IVA à taxa normal):
 - 300 horas de mão-de-obra
 - 2.992,79 € de materiais aplicados
 - Custo/hora: 2,49 €
 - Custos diversos: 149,64 €
3. Venda a pronto de um computador adquirido por 1.147,24 €, cujo valor das amortizações acumuladas era de 573,62 €. Valor de venda: 249,4 €, aos quais acresce IVA à taxa normal.
4. Oferta de X de um contentor metálico, cujo justo valor nessa data era de 598,56 €.
5. Incêndio ocorrido na garagem das instalações que originou a perda total de um veículo, cujos valores contabilísticos eram:
 - valor de aquisição: 13.966,34 €
 - depreciações acumuladas: 3491,59 €
 - indemnização a receber do seguro: 8.978,36 €
6. Foram utilizados para ornamentar a sala de reuniões com clientes 3 tapetes de arraiolos. O seu custo de produção era de 9.975,96 €, o preço de venda 18.455,52 € e o justo valor de 12.469,95 €.
7. Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros em troca de uma viatura antiga adquirida por 29.500€ e depreciada em 70%. O valor da retoma foi de 8.500€. O valor de aquisição da nova viatura é de 25.000€ (acresce IVA à taxa normal)

Pedidos:

1. Efectue os lançamentos que entender necessários.
2. Admita que a empresa recorreu a um empréstimo bancário para suportar as despesas com a construção da garagem. Do plano financeiro efectuado pelo banco sabe-se que os juros anuais antecipados ascendem a 600€. Qual o tratamento contabilístico desta operação?

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 9

Assunto: Activos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso

O balancete de verificação de 31/12/n da empresa X, Lda, apresentava entre outras as seguintes informações:

43-Activos Fixos Tangíveis (valor em Euros)

Bem	V. aquis.	Data aquis	Vida útil	V. Residual
Edifício	199.519,16 €	n-5	50	19.951,66 €
Equipa. básico	79.807,66 €	n-2	8	4.987,98 €
Equipa. Adm.	9.975,96 €	n	4	0
Veículo pesado	109.735,54 €	n-6	6	9.975,94 €
Veículo ligeiro	12.469,95 €	n-3	5	2.494,00 €

45-Investimentos em curso (edifício comercial): 174.579,26 €

Outros dados:

- não estão contabilizadas as depreciações do ano n
- método de depreciação: linha recta, início de utilização = ano de aquisição
- o veículo ligeiro foi alienado a p.p. em Dezembro do ano n, tendo-se realizado uma mais valia de 1.174,24 €
- o empreiteiro deu por concluído o edifício comercial pelo que se pagou a última prestação no valor de 59.855,75 €. Acresce IVA à taxa normal (início de utilização: imediato, vida útil 25 anos, valor residual 9.976,01 €)

Nota: não foram ainda contabilizados os factos a que se referem as alíneas c) e d).

Pedidos:

- Valor das depreciações acumuladas no balancete de verificação
- Valor das depreciações do ano n
- Lançamentos no razão das operações ainda não contabilizadas
- Valor das depreciações acumuladas no final do ano n.
- Admita que a gestão da empresa procedeu, no final do ano n, a uma revisão da estimativa de vida útil do equipamento básico, tendo adicionado 3 anos ao período inicial. Qual a depreciação do equipamento básico no ano n, sabendo que se manteve o método de depreciação?

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 10

Assunto: Activos fixos tangíveis

1. Em Maio de ano n a empresa Ramar, SA, importou determinado equipamento mecânico, que entrou em funcionamento passado dois meses e originou, nesse ano, os seguintes encargos:

	Valor	IVA
Preço de factura (a)	7.481,97	Tx normal
Despesas de desalfandegamento (b)	249,40	Tx normal
Despesas de transporte – desde o porto de Lisboa até às instalações da empresa (c)	74,87	Tx normal
Despesas de instalação (c)	224,46	Tx normal
Despesas de manutenção e conservação (c)	174,58	Tx normal
Depreciação do exercício: Taxa depreciação: 10%	Método das quotas constantes (critério fiscal) - regime duodecimal)	

(a) Foi obtido um empréstimo bancário de igual montante para pagamento da factura; os juros correspondentes ao ano n cifram-se em 324,22 €.

(b) Estas despesas foram pagas pelo despachante oficial de conta da empresa.

(c) Estas despesas foram pagas a pronto.

2. Em Junho do ano n+4 substitui-se o equipamento anterior por um outro tecnicamente mais evoluído
- valor de troca do equipamento adquirido no ano n: 4.489,18 € (acresce IVA à taxa normal)
 - preço de aquisição do equipamento novo: 13.966,34 € acresce IVA à taxa normal)

Pedido: Contabilização das operações descritas em 1 e 2.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 11

Assunto: Imparidade de activos tangíveis

A Empresa SNC, Lda., adopta o modelo de custo na mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis. À data de relato do ano N-1, a empresa testou a imparidade de um equipamento produtivo, porque tem conhecimento interno que o equipamento evidencia piores desempenhos do que inicialmente previra. O activo foi adquirido em N-3 por 500.000 €, e estava a ser depreciado pelo método da linha recta durante um período de vida útil de 5 anos.

Este equipamento é muito específico e não é possível determinar o seu justo valor (menos custos de vender). Deste modo a empresa efectuou o cálculo do seu valor de uso, através do desconto dos cash-flows estimados referentes aos benefícios económicos futuros gerados por esse equipamento. A estimativa do valor de uso obtida foi de 180.000 €.

Para resolver o problema de desempenho do equipamento, a empresa alterou a equipa que estava a operar o activo por outra mais especializada, o que irá permitir aumentar o valor dos benefícios económicos futuros gerados por esse activo. À data de relato do ano N, a empresa testa a imparidade do equipamento, tendo obtido uma estimativa da quantia recuperável no valor de 115.000€.

Pedidos:

1. Registo a realizar no ano N-1, na sequência do teste de imparidade do equipamento produtivo.
2. Registo da depreciação do período N.
3. Registo a realizar, à data de relato do ano N, na sequência do teste de imparidade do equipamento produtivo.
4. Registo da depreciação do período N+1.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 12

Assunto: Activos tangíveis detidos para venda

A entidade SNC, Lda. possui um armazém, estando classificado como activo fixo tangível, que foi adquirido no ano N-5 por 150.000,00 € (considerando somente a parcela depreciable). A vida útil estimada é de 20 anos, sendo depreciado pelo método da linha recta.

No ano N, em virtude da empresa ter optado por uma política de *stock* zero, decidiu alienar o edifício, tendo dado início a um plano de venda do edifício e efectuado todas as diligências para a sua venda, tal como prevê a NCRF 8. O justo valor do armazém menos custos de vender foi, nessa data, estimado em 100.000,00 €.

Em meados do ano N+1 a empresa conseguiu concluir a venda, a crédito, do armazém por 165.000,00 €.

PEDIDOS

1. Quais os registos contabilísticos a realizar relacionados com a alienação do armazém, no ano N e N+1?

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 13

Assunto: Activos intangíveis

A entidade XPTO opera no mercado das telecomunicações desde Janeiro do ano N. O balancete de verificação em 31/12/N dispunha dos seguintes elementos em relação ao seu activo intangível:

Activos intangíveis	Reconhecimento inicial
Trespasse	15.000€
Projectos de desenvolvimento	85.000€
Programas de computador	25.900€
Propriedade industrial	22.000€
Outros activos intangíveis	18.500€

Sabem-se ainda as seguintes informações:

- 65% do valor contabilizado em projectos de desenvolvimento diz respeito a dispêndios incorridos durante a fase da investigação. Relativamente aos dispêndios afectos ao desenvolvimento não existe ainda a confirmação da viabilidade técnica para 5% desse investimento.
- Do valor total contabilizado em “Programas de computador” existem 1.500€ relativos a um *software* adquirido para incorporar um equipamento multimédia da empresa, sem o qual a esse equipamento não funciona. Foram ainda contabilizados nesta rubrica os dispêndios suportados com o desenvolvimento dos conteúdos do sítio informático da empresa, no valor de 5.300€.
- Em “outros activos intangíveis” estão contabilizados 5.000€ suportados com uma campanha de publicidade, 2.500€ relativos a gastos com formação de pessoal e 4.500€ relativos a despesas com constituição e arranque.
- Durante o mês de Dezembro a entidade adquiriu, a prazo, uma patente para o desenvolvimento de um novo produto, por 70.000€ (acresce IVA à taxa normal). Foram suportadas despesas com o seu registo no valor de 1.000€. Foi estimada uma vida útil de 20 anos para a patente.

PEDIDOS:

- Sabendo que a entidade XPTO está obrigada a adoptar o novo normativo contabilístico identifique e contabilize os lançamentos e ajustamentos necessários no ano N tendo por base o estipulado na NCRF 6.

2. Calcule e registe contabilisticamente a amortização, do ano n , dos *softwares* sabendo que foi estimada uma vida útil de 4 anos (método da linha recta). Qual o valor da quantia escriturada dos *softwares* no final do ano n ? (Admita que não foi contabilizada qualquer perda por imparidade).
3. Sabendo que em $N+3$ a gestão procedeu à revisão da vida útil estimada para a patente tendo adicionado 5 anos ao período inicial, calcule e contabilize a amortização em 31/12/ $n+3$ (método da linha recta) tendo por base o estipulado na NCRF 6 e na NCRF 4. (Admita que não foi contabilizada qualquer perda por imparidade).
4. À data de relato de $N+4$, a entidade concluiu existir uma perda por imparidade em relação à patente, em virtude do conhecimento da existência de uma patente no mercado que permite a produção de um produto similar tecnologicamente mais evoluído. A entidade procedeu à determinação do valor realizável líquido (justo valor menos custos de vender) da patente, tendo obtido à data de relato do ano N , uma estimativa de 44.000,00 €. Proceda ao registo contabilístico subjacente ao teste de imparidade efectuado.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 14

Assunto: LEASING e LEASEBACK (venda seguida de locação)

PARTE A

A empresa “Alfa, S.A” celebrou em 15/11/2008 um contrato de locação financeira (leasing) relativamente a uma máquina nas seguintes condições:

- O valor da máquina e do contrato de leasing é de 100.000,00 €. A aquisição da máquina está sujeita a IVA à taxa normal
- Do plano financeiro faz parte um conjunto de 24 rendas trimestrais pagas antecipadamente, de valor constante igual a 5.118,99 € (sujeitas a IVA à taxa normal).
- O valor residual previsto no contrato é de 2%, ou seja de 2.000,00 € e há certeza razoável de que, no fim do contrato, a opção de compra da máquina seja exercida, por este valor.
- .

O plano financeiro é o que se segue (valores em euros):

N.º de Renda	Data Renda (Mês-Ano)	Amortização de Capital	Juros	Rendas	Capital em Dívida após Renda
1	15-Nov-2008	5.118,99	0,00	5.118,99	94.881,01
2	Fev-2009	3.221,37	1.897,62	5.118,99	91.659,64
3	Mai-2009	3.285,79	1.833,19	5.118,99	88.373,85
4	Ago-2009	3.351,51	1.767,48	5.118,99	85.022,34
5	Nov-2009	3.418,54	1.700,45	5.118,99	81.603,80
6	Fev-2010	3.486,91	1.632,08	5.118,99	78.116,89
7	Mai-2010	3.556,65	1.562,34	5.118,99	74.560,24
8	Ago-2010	3.627,78	1.491,20	5.118,99	70.932,45
9	Nov-2010	3.700,34	1.418,65	5.118,99	67.232,11
10	Fev-2011	3.774,35	1.344,64	5.118,99	63.457,77
11	Mai-2011	3.849,83	1.269,16	5.118,99	59.607,94
12	Ago-2011	3.926,83	1.192,16	5.118,99	55.681,11
13	Nov-2011	4.005,37	1.113,62	5.118,99	51.675,74
14	Fev-2012	4.085,47	1.033,51	5.118,99	47.590,27
15	Mai-2012	4.167,18	951,81	5.118,99	43.423,09
16	Ago-2012	4.250,53	868,46	5.118,99	39.172,56
17	Nov-2012	4.335,54	783,45	5.118,99	34.837,02
18	Fev-2013	4.422,25	696,74	5.118,99	30.414,78
19	Mai-2013	4.510,69	608,30	5.118,99	25.904,08
20	Ago-2013	4.600,91	518,08	5.118,99	21.303,18
21	Nov-2013	4.692,92	426,06	5.118,99	16.610,25
22	Fev-2014	4.786,78	332,21	5.118,99	11.823,47
23	Mai-2014	4.882,52	236,47	5.118,99	6.940,95
24	Ago-2014	4.940,95	178,04	5.118,99	1.960,78
25 (VR)	Nov-2014	2.000,00	-	2.000,00	0,00
TOTAIS		100.000,00	24.855,72	124.855,72	

PEDIDOS:

- Lançamentos inerentes à celebração do contrato de leasing e pagamento da 1ª e 2ª rendas.
- Lançamento referente à depreciação da máquina, utilizando uma taxa de 12,5%.

- c) No final do contrato, a empresa locatária exerceu, tal como previsto no contrato, o direito de opção de compra. Efectue os lançamentos correspondentes.
- d) Admita que o locatário não exerceu o direito de opção de compra previsto no contrato e procedeu à devolução da máquina. Efectue os lançamentos de regularização, respectivos.
- e) Admita agora, que a empresa não tinha, no início do contrato, certeza razoável de que iria exercer a opção de compra. Neste caso, qual devia ser a taxa de depreciação a aplicar? Qual o registo contabilístico a realizar no final do contrato?

PARTE B

Suponha agora o seguinte cenário:

1. Em 15/11/2008, a empresa tinha boa capacidade de autofinanciamento, pelo que adquiriu, a pronto, a máquina identificada na questão 1 sem precisar de recorrer a leasing (locação financeira).
2. No início do ano de 2014, a empresa começará a sentir dificuldades de tesouraria e terá que negociar com uma Locadora, uma operação de leaseback (venda seguida de “reaquisição” pelo mesmo valor da venda, com recurso a locação financeira), nas seguintes condições:
 - Data da operação: 15/03/2014.
 - Valor da venda à Locadora (sujeito a IVA à taxa normal): 75.000 euros;
 - Duração contrato de Leasing: 5 anos
 - Valor residual do contrato: 2% do seu valor.
 - Pagamento: 60 prestações mensais de valor constante igual a 1.455,65 euros (sujeito a IVA à taxa normal), a pagar antecipadamente, com início em 15/03/2014. A 2.^a prestação incluirá juros, no valor de 514,81 euros (IVA incluído à taxa normal).
 - O período de vida útil do bem passará a ser de 5 anos, para além da data da operação.

PEDIDOS:

- a) Lançamento da aquisição da máquina.
- b) Lançamentos da depreciação anual, da máquina, até ao ano da operação de leaseback.
- c) Lançamentos referentes à operação de leaseback (venda com apuramento de mais ou menos valias e contrato de leasing).
- d) Lançamentos da primeira e segunda renda do contrato de leasing
- e) Lançamentos da depreciação da máquina e de regularização do excesso do valor da venda sobre a quantia escriturada (regularização do diferimento da mais valia), nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 15

Assunto: Propriedades de investimento

A empresa Gama possui um edifício nos arredores da cidade de Barcelos, adquirido como **propriedade de investimento**, que está arrendado a uma empresa, para servir de armazém. O edifício foi adquirido a prazo no ano N-5 por 150.000.€, e tem uma vida útil de 50 anos. O valor mensal da renda é de 1.500€ (sujeito a retenção na fonte à taxa de 16,5%), sendo recebida por transferência bancária.

À data de relato do ano N-1, em virtude de terem sido melhoradas as acessibilidades na zona da cidade o justo valor daquele edifício foi estimado em 170.000 €. No ano N a empresa decidiu alienar o edifício, tendo dado início a um plano de venda do edifício e efectuado todas as diligências para a sua venda.

Em meados do ano N+1 a empresa conseguiu concluir a venda, a crédito, por 220.000€.

Sabe-se ainda que a empresa possui um terreno na periferia do Porto, classificado como propriedades de investimento e mensurado pelo **modelo do custo**, que foi adquirido em N-4, por 200.000€. Todavia, no ano N, a autarquia local decidiu construir um aterro sanitário naquela zona, pelo que, à data de relato, a empresa determinou que o justo valor (menos custos de vender) do terreno é de 120.000 €.

Pedidos:

1. Admitindo que a empresa utiliza o modelo do custo na contabilização das propriedades de investimento, quais os registos contabilísticos que a empresa teria que efectuar relativamente ao edifício, desde a sua aquisição até à sua alienação?
2. Assumindo que a empresa utiliza o modelo do justo valor, quais os registos contabilísticos que a empresa teria que efectuar relativamente ao edifício, desde a sua aquisição até à sua alienação?
3. Efectue o registo contabilístico a realizar pela empresa, no ano N, em relação ao terreno.
4. Admitindo que no início de N+1, a entidade decide passar a utilizar o terreno no desenvolvimento da sua actividade operacional, entendendo como justificada a relevação contabilística da alteração de uso, proceda à contabilização da alteração de uso ocorrida no período N+1

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 16

Assunto: Instrumentos Financeiros

A sociedade Alfa, durante o exercício N, efectuou as seguintes operações com instrumentos financeiros:

1. Depósito a 6 meses no montante de 49.879,79 €. No final do prazo estipulado obteve um juro de 1.496,39 €. (sujeito a retenção na fonte à taxa de 21,5%)
2. Aquisição de acções da empresa Beta (a empresa detém estes títulos para negociação).

Quantidade	200
Cotação	28,43 €
Custos de transacção	60,00 €
Valor nominal das acções	24,94 €
Cotação em 30/06/N	25,44 €
Cotação em 31/12/N	28,50 €

3. Adquiriu em 1/1/N 2.000 obrigações da empresa ABC, a 10,97 € cada (valor nominal de 8,98 €), as quais vencem juros à taxa de 15% anual, com pagamento trimestral (sujeito a retenção na fonte à taxa de 21,5%)
4. Em 1/4/N decidiu alienar as obrigações adquiridas em 1/1/N (cotação: 10,47 € /cada)
5. Em Setembro/N recebeu dividendos relativo a outras acções detidas em carteira, no valor de 70 € (sujeito a retenção na fonte à taxa de 21,5%)
6. Em 31/12/N o valor das restantes acções detidas para negociação era de:

Lote	Custo de aquisição	Preço de mercado
1	549 €	554 €
2	748 €	733 €
3	1.696 €	1.970 €
4	374 €	160 €

Pedido: Efectue os lançamentos que entender necessários.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 17

Assunto: Perdas por imparidade e de dívidas a receber/Provisões

A empresa Delta, S.A., comercializa apenas dois tipos de mercadorias. Antes do encerramento de contas do exercício N, procedeu à análise do valor de mercado dos seus inventários bem como do risco de cobrabilidade das suas dívidas a receber. O extracto do balancete em 31/12/n apresentava os seguintes saldo:

Conta		Saldo devedor	Saldo credor
211	Cientes c/c	16.850 €	
212	Cientes Títulos a receber	1.200€	
219	Perdas por imparidade acumuladas		4.750 €
228	Adiantamentos a fornecedores	1.300 €	
(...)			
32	Mercadorias	74.800 €	
329	Perdas por imparidade acumuladas		

No que respeita aos **inventários**, o ROC da empresa Delta constatou que, em 31/12/N, encontravam-se em armazém 1.500 unidades da mercadoria A cujo custo de aquisição, no ano N-1, foi de 45€/cada. Em 31/12/N o seu valor realizável líquido era de 50€/cada. O restante saldo da conta de mercadorias diz respeito a 200 unidades da mercadoria B, adquirida durante o ano N por 35€/cada, e cujo valor realizável líquido, à data de relato, era de 30€/cada. Além disso, constatou que existem 20 unidades de mercadoria B, adquirida há alguns anos por 15€/cada, mas que se encontra obsoleta e, portanto, de difícil realização.

No que respeita às **dívidas a receber**, os saldos existentes respeitavam às situações abaixo descritas:

Cientes c/c	Valor	Situação do crédito
A	3.500 €	Crédito em mora há 25 meses. Sabe-se que esta empresa tem um processo de falência iniciado em 5/6/n-1
B	5.000 €	Factura nº 56 de 1/3/n-1 vencível a 60 dias, mas ainda não liquidada.
C	750 €	Crédito em mora há 20 meses. Este cliente é o IPCA
D	1.000€	Crédito em mora há 9 meses. Note-se que a empresa Delta tem uma participação de 5% no capital da empresa D.
E	2.800 €	Factura emitida em 30/11/n-1, no valor de 5.000€. O cliente pagou de imediato 20% e aceitou uma letra de 1.200€ € por 60 dias (factos já registados) ficando de pagar o restante durante o período N, o que ainda não ocorreu.
F	3.800€	Factura emitida em 30/7/n, com vencimento a 60 dias, ainda não liquidada.
228- Adiantamentos a fornecedores		O saldo apresentado nesta conta respeita a um adiantamento realizado ao fornecedor Z em 1/3/n. Sabe-se que esta empresa fornecedora tem em curso um processo de recuperação iniciado em 5/6/n.

Em 31/12, após análise às dívidas a receber, a gestão da empresa determinou que apenas haveria risco de incobrabilidade em relação aos clientes A e B, estimando que só será possível recuperar 1.000 € do crédito sobre o Cliente B. Em relação à dívida do cliente A, a empresa considerou-a incobrável (assuma que, em relação a este cliente, havia sido reconhecida uma perda por imparidade acumulada de valor igual à dívida).

Sabe-se ainda que, durante o ano N foi instaurado um processo em tribunal por um cliente que exige à empresa o pagamento de uma indemnização.

PEDIDOS:

1. Qual o registo contabilístico a realizar, no final do ano N, relativo a ajustamentos em inventários?
2. Admita que a empresa Delta não segue os critérios fiscais na contabilização da imparidade das dívidas a receber, mas tem em consideração os critérios da gestão. Qual seria o registo contabilístico a realizar no final do ano N?
3. Admita que a empresa Delta adopta os critérios fiscais na contabilização da imparidade das dívidas a receber. Qual seria o registo contabilístico a realizar no final do ano N?
4. Relativamente ao processo judicial em curso contra a empresa Delta, quando contactado o advogado da empresa, se este considera que:
 - a. É expectável que a empresa perca o processo e que venha a pagar uma indemnização estimada em 2.700 €, qual o tratamento contabilístico a realizar, no final do ano N?
 - b. Há dúvidas quando ao desfecho do processo, embora seja possível que a empresa perca o processo e se desconheça o valor de uma eventual indemnização, qual o tratamento contabilístico a realizar, no final do ano N?
 - c. É expectável que a empresa ganhe o processo e, consequentemente, não venha a pagar qualquer indemnização, qual o tratamento contabilístico a realizar, no final do ano N?

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 18

Assunto: Subsídios

A - A empresa SNC, SA que opera no sector da construção civil apresentou no ano N-1, no âmbito do QREN, um projecto para financiamento da aquisição de uma Grua Torre, que veio a ser adquirida, a crédito, por 55.000 € (sujeito a IVA à taxa normal) durante o ano N. Nesse ano a empresa tomou conhecimento da aprovação do projecto e da atribuição de um subsídio a fundo perdido, no montante de 35.000€. O subsídio foi recebido, em duas parcelas de igual montante, no ano N e N+1.

O método adoptado pela empresa para contabilização das depreciações é o Método da Linha Recta, tendo por base uma estimativa de 10 anos de período de vida útil da Grua.

PEDIDOS:

1. Registos contabilísticos inerentes à aquisição da Grua e à atribuição e recebimento do subsídio, no ano N e N+1
2. Registo contabilístico das depreciações do período N e N+1, bem como das regularizações necessárias relativas ao subsídio.
3. Assuma que no ano N+4 a empresa procedeu à revisão da vida útil da Grua, tendo adicionado 6 anos à vida inicial. Proceda ao registo contabilístico da depreciação do ano N+4 e respectiva regularização do subsídio

B - Uma empresa apresentou em n, no âmbito do QREN, um projecto de investimento para 4 anos da seguinte forma (valor em Euros):

Bem	Valor Aquisição	Taxa depreciação	Subsidio atribuído
Edifício industrial	50.000,00	5%	20.000,00
Terreno	10.000,00	0%	2.500,00
Máquinas	5.000,00	10%	3.500,00

Sabe-se que:

- Os bens foram adquiridos, a crédito, no ano n;
- Os subsídios foram atribuídos em n e recebidos em duas parcelas de igual montante, nos exercícios de n e n+1;

A empresa candidatou-se também a um subsídio para a obtenção de apoio à formação dos seus trabalhadores. Durante o ano N obteve e recebeu um subsídio de 6.000€, que permitia financiar 60% dos custos da formação durante 2 anos. Os custos incorridos com a formação foram no 1º ano de € 7.000 e no 2º ano de € 3.000.

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 18

Assunto: Subsídios

PEDIDO 1: Admitindo que é o(a) responsável pela contabilidade da empresa, indique os registos contabilísticos inerentes àquelas operações, nos exercícios n e n+1 (Nota: as máquinas estão sujeitas a IVA à taxa normal)

PEDIDO 2:

2.1. Supondo que em N+2 o terreno sofre uma desvalorização, sendo que o Justo valor menos custos de vender corresponde a 8.000€. Proceda ao reconhecimento da Perda por imparidade

2.2) Supondo que a atribuição do subsídio para o terreno estava condicionada pela construção de um edifício nesse terreno. Quais os registos a efectuar após a conclusão do edifício, assumindo um valor de construção de 100.000€ e um período de vida útil de 10 anos. (Assuma que não houve a desvalorização prevista na alínea anterior)

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 19

Assunto: Trabalhos de fim de exercício

A empresa Y apresentava em 31 de Dezembro de n o seguinte balancete de verificação:

(valores em Euros)		
Contas	Deve	Haver
Caixa	2.209,67	
Depósitos à Ordem	8.743,93	
Instrumentos financeiros detidos para negociação	3.000,00	
Clientes c/c	7.007,11	
Clientes – títulos a receber	4.189,90	
Adiantamentos a fornecedores	99,76	598,56
Outros devedores e credores	498,8	
Mercadorias	88.526,65	
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios	31.721,75	
Equipamento de transporte	4.489,18	
Equipamento administrativo	2.992,80	
Fornecedores c/c		688,34
Estado e Outros entes públicos		1.143,24
Perdas por imparidade acumuladas- clientes		997,60
Perdas por imparidade acumuladas- outros devedores		99,76
Depreciações acumuladas (Edifício)		8.439,67
Depreciações acumuladas (equip ^t . transporte)		1.930,35
Depreciações acumuladas (equip ^t . administrativo)		2.992,80
Custo das mercadorias vendidas	89.898,00	
Gastos com pessoal	8.511,50	
Fornecimentos e Serviços Externos	1.132,27	
Gastos e perdas de financiamento	773,14	
Vendas		123.956,69
Rendimentos e ganhos de financiamento		1.546,27
Trabalhos para a própria entidade		1.548,68
Correcções relativas a períodos anteriores	274,34	
Reservas		6.264,91
Capital		104.460,49

São os seguintes os elementos que permitem rectificar os valores das contas e apurar os resultados (admita que a entidade utiliza o sistema de inventário permanente):

1. Encontra-se contabilizada, como gasto do período, e paga a renda do estabelecimento relativa ao mês de Janeiro do ano seguinte no valor de 84,8 € (IRC retido à taxa de 16,5%).
2. A empresa utiliza os serviços de um consultor jurídico, mediante o pagamento de uma avença mensal de 24,94 €. Em relação ao exercício n, apenas estão contabilizadas e pagas dez mensalidades.
3. Notificados da falência do cliente C1, consideramos incobrável o nosso crédito de 748,2 € (assuma que não havia perdas por imparidade reconhecidas em relação a esta dívida)
4. Está contabilizada, como gasto do período, e paga uma factura-recibo da empresa de publicidade B, relativa a uma campanha a iniciar no 2º trimestre do próximo ano: 748,2 € (acresce IVA à taxa normal)

5. O fornecedor F1 ainda não nos enviou a nota de crédito relativa ao desconto financeiro a que a sociedade tem direito pelas compras a pronto ele efectuadas na última factura do ano n: 59,86 € (sujeitos a IVA à taxa normal).
6. Não estão contabilizados os consumos de água, electricidade e telefone relativos aos meses de Novembro e Dezembro/n pagos em Janeiro/n+1, nos seguintes valores:
 - Água 59,86 € (IVA incluído à taxa reduzida)
 - Electricidade 808,05 € (IVA incluído à taxa reduzida)
 - Telefone 654,26 € (IVA incluído à taxa normal)
7. Estão por contabilizar as rendas de um contrato de leasing celebrado em 1 de Maio. As rendas no valor de 1200€ (sujeito a IVA à taxa normal) são semestrais e antecipadas. A 1ª renda não inclui juros; a 2ª renda inclui 450€ de juros.
8. A conta relativa a equipamento de transporte engloba duas viaturas comerciais nas seguintes condições:
 - 1ª viatura: aquisição em n-4 por 2.743,39 €, com uma vida útil de 10 anos
 - 2ª viatura: aquisição em n-3 por 1.745,79 €, com uma vida útil de 5 anos. Esta viatura foi alienada, a pronto, em Dezembro do ano n por 500€ (sujeita a IVA à taxa normal) – facto ainda não registado na contabilidade.

Foi determinado para qualquer das viaturas um valor residual igual a 10% do valor de aquisição. A empresa utiliza o método da linha recta, para o cálculo das depreciações.
9. Em relação ao edifício, mensurado pelo modelo do custo, a empresa pretende depreciar 90% do valor de aquisição, o que conseguirá com a depreciação do ano n+6, utilizando o método da linha recta. Sabe-se ainda que a gestão decidiu arrendar este edifício. As propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo.
10. Relativamente aos inventários a gestão estima que cerca de 10% está contabilizado por um custo superior ao seu valor realizável líquido (admita que não existia qualquer imparidade em inventários).
11. Quanto às dívidas a receber de clientes (titulados ou não) a gestão estima que existe risco de incobrabilidade para cerca de 4% do valor. A gestão estima ainda que será de difícil recuperação 50% do valor relativo a outros devedores.
12. No âmbito das garantias a conceder a clientes a gestão estima um montante de gastos a suportar no valor de 2.500€.
13. Durante o mês de Dezembro a entidade adquiriu, a prazo, um edifício, por 50.000€, nos arredores da cidade com a finalidade de deslocar para este novo espaço a unidade operativa. No âmbito de um programa de financiamento do QREN sabe-se que foi atribuído um subsídio no valor de 45% do investimento. Este valor é pago em 4 semestres de igual montante. Esta operação está ainda por contabilizar. Sabe-se que a vida útil estimada do edifício é de 10 anos.
14. As remunerações devidas por férias e subsídio de férias do pessoal relativas a n+1 ascendem a 19.180,08€. Os encargos patronais são de 23,75%.
15. Os instrumentos financeiros detidos para negociação respeitam a 100 acções da sociedade B. Em 31/12/n a sua cotação no mercado era de 32€/acção.

Pedido: Lançamentos de rectificação em 31/12/n e das operações a realizar durante o ano n+1

Contabilidade Financeira II

Trabalho Prático n.º 20

Assunto: Trabalhos de fim de exercício

Em 31/12/n, a sociedade Comercial “Toca e Leva, Lda”, apresentava o seguinte balancete:

Balancete do Razão	Valor (Euros)	Saldo
11- Caixa	997,60	D
12-Depósitos à Ordem	74.819,69	D
13-Outros depósitos bancários	12.500,00	D
21-Clientes	84.795,64	D
22- Fornecedores	99.759,58	C
24- Estado e Outros Entes Públicos	54.867,77	C
25- Financiamentos obtidos	29.927,87	C
28- Diferimentos	24.939,90	C
31-Compras	443.930,13	D
32-Mercadorias	59.855,75	D
38- Reclassificação e Regularizações inventários	7.481,97	C
43- Activos fixos tangíveis	109.735,54	D
44-Activos intangíveis	9.227,76	D
51 - Capital	124.699,47	C
55- Reservas	5.985,58	C
56 - Resultados Transitados	4.239,78	D
62-Fornecimentos e Serviços Externos	6.484,37	D
63- Gastos com pessoal	50.877,39	D
68- Outros gastos e perdas	3.740,98	D
71-Vendas	473.858,00	C
72-Prestações Serviços	34.239,78	C
78-Outros rendimentos e ganhos	5.444,71	C

Com base nos elementos a seguir descritos, efectue as rectificações que entender necessárias:

- O seguro de acidentes de trabalho referente ao mês de Dezembro ainda não chegou à contabilidade – a mensalidade é de 114,72 €.
- O depósito a prazo foi constituído em 01/05/n, por períodos anuais, renováveis. A taxa de juro é de 6%/ano (Os juros a receber estão sujeitos a retenção de IRC à taxa de 21,5%).
- Através da análise das dívidas a receber, conclui-se o seguinte:

a) há informação das seguintes dívidas de clientes em moeda estrangeira:

Cliente	Taxa câmbio à data da factura (face ao Euro)	Taxa câmbio em 31/12/n (face ao Euro)	Moeda	Valor em dívida em moeda estrangeira
A	0,657840	0,656450	GBP (libra)	10.300 GBP
B	1,95583	1,95583	DEM (marco)	DEM

- Em relação ao cliente C, havia sido reconhecida uma perda por imparidade, no ano n-1, na totalidade do valor em dívida: 9.726,56 €. No entanto em Dezembro do ano N o cliente pagou 4.738,58 € (facto ainda não relevado na contabilidade).
- Por deliberação da administração foi considerado incobrável o crédito sobre cliente D, no valor de 1.346,75€ (em relação ao qual não tinha havido qualquer reconhecimento de perda por imparidade).

4. Foi contabilizado durante o ano n, e em obediência à NCRF 22, um subsídio, no montante de 17.500 € para a compra de uma máquina (já registada na contabilidade), que custou 23.400 € (IVA incluído à taxa normal). O período de vida útil da máquina é de 8 anos, sendo depreciada pelo método da linha recta.
5. Por lapso, não foi contabilizada a venda por 7000 € (+ IVA taxa normal) de uma máquina adquirida em n-6 por 40.788,00 € (IVA incluído à taxa normal) depreciada em 25.400 € pelo método da linha recta. Sabe-se que em relação a esta máquina estava reconhecida uma perda por imparidade acumulada de 2.300€.

6. As depreciações do período dos activos fixos tangíveis são:

Imobilizado	Valor da depreciação
Equipamento básico (*)	1.296,88 €
Equipamento de transporte	2.693,51 €
Equipamento administrativo	748,20 €

(*)Neste montante não constam as máquinas mencionadas nas operações 4 e 5.

7. No ano n-1 havia sido efectuado um adiantamento de 14.900€ por conta da compra de um terreno. Esta compra efectivou-se no ano n, por 75.000€, não estando ainda relevada na contabilidade. A empresa ainda não decidiu qual o destino a dar ao terreno.
8. À data de 31/12/n ainda não haviam chegado à empresa diversas despesas mensais, nomeadamente: telefone, água e electricidade. Após uma análise aos custos mensais da empresa, verificou-se que as facturas em falta têm, mensalmente, valores muito idênticos: 350€; 150€ e 480 €, respectivamente (sujeitos a IVA às taxas em vigor).
9. No saldo da conta 281- Diferimentos: Gastos estão reconhecidos 70€ relativos à quota parte do valor do prémio de seguro de incêndio pago em n-1, e considerado imputável ao exercício de n, que por lapso não foi regularizado na altura devida.
10. O empréstimo bancário vence juros semestrais postecipados, à taxa de juro anual de 5,5%. Os seus vencimentos são em 30/05 e 30/11 de cada ano.
11. Estima-se que o valor a pagar em n+1 de encargos com férias seja de 3.990€, mais o respectivo subsídio de férias e demais encargos com a segurança social (todos os funcionários da firma estão sujeitos a uma taxa de segurança social de 23,75%).
12. Está a decorrer um processo contra a empresa, do seu fornecedor Z, no Tribunal de Lisboa, em que, segundo a opinião do advogado da empresa, prevê-se que a mesma vá ganhar o caso. Estima-se que o valor de indemnização a receber seja na ordem dos 2.500 €.
13. Na conta 71 Vendas está contabilizado o valor correspondente a uma factura de 18.000 € (IVA incluído à taxa normal) datada de 31/12/n, mas cujos produtos só serão fabricados e entregues em Fevereiro e Março de n+1.
14. O valor das existências finais, apurado após inventariação física, foi de 107.678€.

Pedido: Proceda às rectificações que considere necessárias, de modo a que possa ser efectuado o encerramento de contas.

Contabilidade Financeira II**Trabalho Prático n.º 21****Assunto: Apuramento de IRC**

A sociedade ACRAB, Lda. Durante o exercício de N, efectuou as seguintes operações relativamente ao imposto sobre o rendimento:

1. No mês de Julho efectuou o primeiro pagamento por conta, através de cheque no valor de 1.250 €.
2. No mês de Agosto foram colocados à disposição da empresa pela sua participada (participação de 15%), os dividendos no montante ilíquido de 500 €. Retenção na fonte de IRC à taxa de 21,5%.
3. Nos meses de Setembro e Dezembro, foram efectuados os restantes dois pagamentos por conta, de igual valor ao primeiro.
4. Em Dezembro, venceram juros sobre um depósito a prazo, efectuado em Junho. O banco creditou a conta Depósitos à Ordem da empresa, num valor líquido de 500 €. Retenção na fonte de IRC à taxa de 21,5%.
5. A quantia estimada para o imposto sobre o rendimento, calculada sobre os resultados corrigidos para efeitos fiscais, ascendeu a 5.000 €.

PRETENDE-SE:

- a) O registo das operações referidas para o exercício N.
- b) O registo do apuramento do imposto sobre o rendimento, supondo que o imposto liquidado evidenciado no quadro 10 da declaração de rendimentos modelo 22, a entregar em Maio do ano N+1 é:
 1. De montante igual ao da estimativa para o imposto.
 2. De 3.500 €.
 3. De 6.500 €.